

Empresas poderão custear parte dos remédios de funcionários?





Análise de Impacto Regulatório do PL n. 3079/2024

Programa de Medicamentos do Trabalhador (PMT)

Avaliação dos Incentivos e Desafios do Bem Estar Social e Eficiência Econômica

Introdução

 Este trabalho é fruto da disciplina **Economia, Instituições e Desenvolvimento** do **Mestrado Profissional em Administração Pública (IDP)**.

 Foi desenvolvido de forma colaborativa pelos mestrandos:

- Andrea Lucia Freire do Nascimento
- Clelisson Antônio da Fonseca
- Joelma Maria de Sousa Bezerra Feitosa
- Luciano César Pires
- Vanessa Marçal Vaucher

 O objetivo desta apresentação é **analisar a viabilidade do Projeto de Lei nº 3.079/2024**, que propõe o **Programa de Medicamentos do Trabalhador (PMT)**, considerando seus impactos econômicos, sociais, fiscais e regulatórios.

Projeto de Lei n. 3079/2024



Autor do Projeto



Senador Weverton (PDT/MA)

🎯 Objetivo: garantir o **direito à saúde dos trabalhadores**

⚖️ Resposta aos problemas de **acesso e judicialização da saúde** no Brasil



Acesso a Medicamentos no Brasil

📜 Direito garantido pela **Constituição**.

🏥 **SUS** oferece medicamentos, mas com limitações.

♻️ Maior desafio: **doenças crônicas**.

💸 Impacto no **orçamento familiar** e na saúde da população.

Desafios do SUS

- ✚ Garantir acesso universal a medicamentos.
- 💊 Oferta gratuita em programas como **Farmácia Popular**.
- ⚠ Cobertura ainda **insuficiente**.
- 💸 **Altos custos** comprometem a efetividade do acesso.





Aumento da Judicialização da Saúde

⚖️ Crescimento expressivo de ações judiciais no Brasil.

💊 Demandas por **tratamentos e medicamentos fora do SUS.**

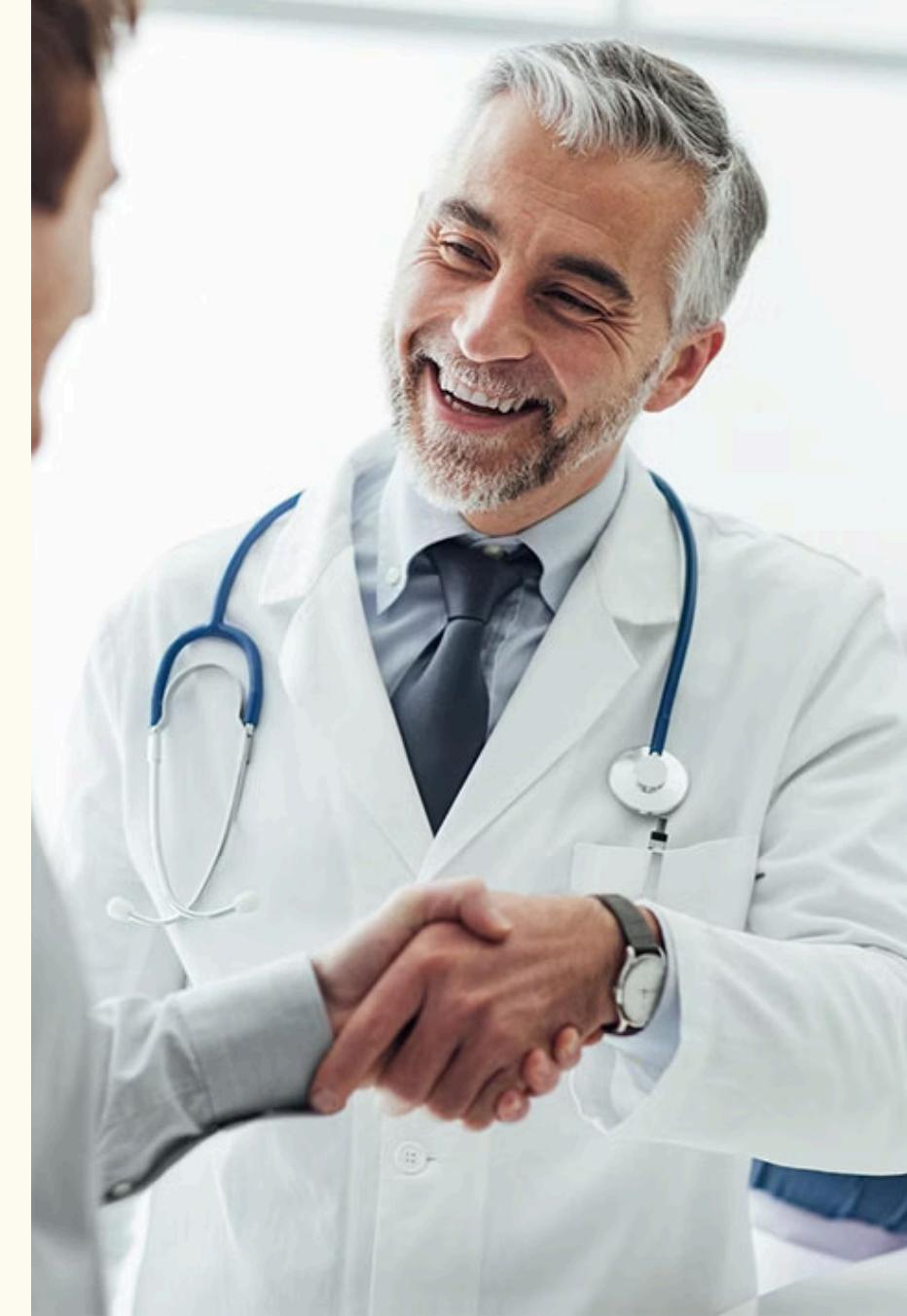
💰 Gera **desigualdade de acesso.**

➕ **Sobrecarga do sistema de saúde.**

📈 **Elevação indireta dos custos públicos.**

O que o PMT objetiva?

- 💊 Facilitar o acesso a **medicamentos essenciais**
- 🏢 Permitir **coparticipação das empresas** no custeio
- ⚖️ Promover **equidade no tratamento da saúde**
- ✚ Contribuir para **reduzir a pressão sobre o SUS**



Impactos Positivos do PMT

 **Bem-estar social** ampliado

 **Responsabilidade social empresarial** fortalecida

 **Valorização do trabalhador**





Impactos Negativos do PMT

⚖️ Insegurança jurídica

🚧 Barreira para pequenas e médias empresas

📄 Potencial de judicialização

💸 Desequilíbrio das contas públicas

Comparação com o Programa Farmácia Popular

Critério	Farmácia Popular	PMT (PL 3.079/2024)
Origem do recurso	Recursos públicos diretos (orçamento federal)	Renúncia fiscal – dedução em dobro do IRPJ
Foco da política	Saúde pública, acesso universal	Saúde suplementar, adesão voluntária das empresas
Escopo de medicamentos	Lista restrita, baseada em protocolos e evidências	Todos os medicamentos registrados na ANVISA
População-alvo	População em geral, com foco em baixa renda, indígenas e Bolsa Família	Trabalhadores formais e dependentes das empresas aderentes
Gestão/Operação	Pública (Fiocruz, SUS, convênios com farmácias credenciadas)	Privada (empresas + fintechs, arranjos tecnológicos)
Gratuidade	Parcial ou total, conforme medicamento	Não garantida (depende da coparticipação)
Compensação orçamentária	Financiado diretamente pelo orçamento da União	Prevista apenas em regulamento futuro, sem plano definido

Experiências Internacionais

País	Modelo de Funcionamento	Principais Características
EUA	PBMs – Pharmacy Benefit Managers 	<ul style="list-style-type: none">• Planos com cobertura de medicamentos• Coparticipação dos trabalhadores • Uso intensivo de tecnologia • Negociação de preços com farmácias 
Canadá	Planos Suplementares 	<ul style="list-style-type: none">• Sistema público universal varia por província• Empresas oferecem planos complementares • Subsídios específicos (idosos  e baixa renda)• Compartilhamento de custos 
Alemanha	Krankenkassen – Caixas de Seguro de Saúde 	<ul style="list-style-type: none">• Seguro público/privado obrigatório• Copagamento pelos pacientes • Empresas contribuem para os planos • Ênfase na adesão regular ao tratamento 

Disposições Finais

Conclusões

- O PMT tem **mérito social**: amplia o acesso a medicamentos.
- Apresenta **fragilidades estruturais**: escopo irrestrito e ausência de protocolos técnicos.
- Risco fiscal elevado**: renúncia tributária sem compensação, conflito com a LRF e o Novo Arcabouço Fiscal.
- Falta de integração** com SUS e planos privados → risco de sobreposição e fragmentação de políticas.
- Pode comprometer a **efetividade e sustentabilidade** das políticas de saúde

Recomendações

- Definir lista restrita** de medicamentos com base em protocolos clínicos e evidências científicas.
- Integrar o PMT ao SUS** e a programas já existentes (ex.: Farmácia Popular).
- Criar **tratamento diferenciado para pequenas e médias empresas**, reduzindo barreiras de adesão.
- Exigir **estudos de impacto fiscal** e medidas de compensação (art. 14 da LRF).
- Estabelecer **mecanismos de governança, auditoria e avaliação periódica** (ex ante e ex post).
- Fortalecer programas já existentes como alternativa mais viável e sustentável

Obrigada pela Atenção!

Ficou com vontade de saber mais? Escaneie o QR Code e tenha acesso ao trabalho completo!

